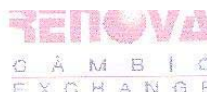




**Para enviar dinheiro**  
To Send Money



Av. Prestes Maia, 220 - 11º andar  
01031-000 - São Paulo - SP  
72.760.713/0001-6

**Emissor:** HUMBERTO TOMAZ GONZAGA  
**SENDER**  
**Endereço:** RUA AGENOR PAES 60  
**Telefone:** CENTRO UBERLÂNDIA 38400118  
BRASIL DIR  
034-96661541

**Data & hora:** 12/02/2009 10:22:00  
**Nome do agente:** Renova Corretora  
**Nº do operador:** 200  
**Destino:** URUGUAI USD

**Tipo de identificação:** N°

**MTCN:** 018-018-8540

**Moeda de envio:** Brasil Real

**Recebedor:** CARMEN IBARRA  
**RECEIVER**

**Valor:** 174,09

**Taxa de envio:** 17,50

O beneficiário dispõe de identificação válida?  Sim  Não

**Taxa de mensagem:** 0,00

**Pergunta Teste:**

**Taxa de entrega:** 0,00

**Resposta:**

**Código promoção:**

**Serviços opcionais:**

**Imposto:** 0,66

**TOTAL:** 192,25

**Mensagem:**

**Valor Enviado:** 75,00 US Dolar

**Taxa de câmbio:** 0.43270180

A taxa de câmbio aplicável na transferência aparece acima. A moeda da transferência do dinheiro é convertida em moeda local no momento em que é enviada. No entanto, em alguns países a taxa de câmbio local aplica-se à transferência de dinheiro e não é convertida em moeda nacional no momento de seu pagamento. Caso deseje melhorar uma moeda para qualquer outro país, a taxa de câmbio aplicável acima está apenas para referência, de acordo com a taxa de câmbio entre os dois países no momento de pagamento. Em caso de dúvida sobre a taxa de câmbio aplicável à sua transferência, informe-se com o seu Agente.

LEIA OS TERMOS E CONDIÇÕES QUE REGULAM O SERVIÇO DE TRANSFERÊNCIA DE DINHEIRO PELO QUAL VOCE AGORA ESTÁ EXPOSTO NO VERSO DESTES FORMULÁRIO. AO ASSINAR ESTE FORMULÁRIO, VOCE DECLARA SUA EMPRESA, CONCORDÂNCIA COM ESTES TERMOS E CONDIÇÕES. ALÉM DA TAXA DE TRANSFERÊNCIA, A WESTERN UNION E OS SEUS AGENTES TAMBEM ADICIONAM LUCROS EM VOLTUTER. PARA DE CÂMBIO PARA TRÁFICO. \* LEIA COM ATENÇÃO TODA A INFORMAÇÃO RELEVANTE PRESENTE A TAXA DE CÂMBIO EXPOSTA NO VERSO DESTES FORMULÁRIO. PROTEJA-SE CONTRA AS FRAUDES AO CONSUMIDOR. TENHA CUIDADO COM PESSOAS ESTRANHAS QUE LHE SOLICITEM O SERVIÇO DE ENVIAR DINHEIRO.

**Assinatura do cliente:**

**Assinatura do agente:**

**Customer Signature:**

**Agent Signature:**

**Nome do cliente (em maiúscula):**

**Data:**

## Movimentos Socioterritoriais no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba: histórico, política e construção de uma identidade de luta

**Gonzaga, Humberto Tomaz<sup>1</sup>; Souza, Luciana Carvalho e<sup>1</sup>; Carvalho, Eduardo Rozetti de<sup>1</sup>; Cleps Junior, João<sup>1</sup>; Cardoso, Lucimeire de Fátima<sup>1</sup>**

*1 - Universidade Federal de Uberlândia.*

**Resumo:** A concentração de riqueza e a má distribuição de renda são fatores decisivos para a existência e reprodução da condição de desigualdade social e da exclusão econômica, tanto da população urbana quanto da população rural em sua grande maioria. Assim, cada vez mais, a população está vivendo com mais precariedade, sem condições adequadas de moradia, de saúde, de educação e de alimentação. Essa lógica de acumulação e exploração da classe trabalhadora faz parte dos princípios do sistema capitalista. Em meio a esse sistema surge a discussão sobre a reforma agrária e a redução das desigualdades existentes. Nesse cenário temos então a Questão Agrária no Brasil e as desigualdades sociais, que vêm de longa data. Para entender a origem de tais disparidades no Brasil é necessário introduzir uma perspectiva mais ampla, abrangendo o passado histórico do país. Desde a época da colonização, com a divisão das terras pelo processo de sesmarias, posteriormente com a Lei de Terras e hoje com o Capitalismo nota-se a divisão desigual das terras e a diferenciação destas, entre aquelas disponíveis para agricultura familiar e a aquelas disponíveis para produção exportadora. Sabe-se também que a maior parte dessas terras está parcial ou completamente ociosa sendo ocupada por criação extensiva de gado ou que de certa forma não possuem nenhuma atividade agrícola. Buscando saídas para a dicotomia terras e distribuição de renda nasce a partir de 1984 os movimentos sociais de luta pela terra. Estes participam desde então ativamente na luta pela Reforma Agrária e por melhores condições de vida. Para conseguir tais ideais os mesmos cumprem seus papéis participando de decisões políticas e sociais, que de certa forma tende a forçar o governo a regulamentar e acelerar o processo da reforma agrária e ao mesmo tempo encontrar um mecanismo de busca real da cidadania e de Justiça Social. O presente trabalho

6. Problemática dos espaços agrários

1. Geografia da América Latina em transformação política e social

busca estudar os diferentes movimentos socioterritoriais atuantes na mesorregião Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba no Estado de Minas Gerais, focando principalmente o município de Uberlândia. Dessa forma os objetivos do mesmo são estudar e compreender quais são os movimentos socioterritoriais atuantes na região e, concomitantemente, como são desenvolvidos os processos de luta pela terra dos mesmos, suas formas de atuação, suas políticas internas e externas, e as visões dos diferentes setores da sociedade para com os movimentos socioterritoriais. Uma das motivações para realização do trabalho se dá pela presença de mais de 10 movimentos socioterritoriais atuantes no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, entre estes se destacam como mais atuantes o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, Movimento Terra, Trabalho e Liberdade - MTL, Movimento de Libertação dos Sem Terra - MLST, Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais - FETAEMG, sendo que todos os citados utilizam da ocupação de imóveis rurais, como forma de acesso a terra, bem como de manifestações distintas, que vão desde cartas reivindicatórias à ocupação de prédios públicos. Contatou-se também que os movimentos de luta pela terra possuem diferentes formas de organização interna, como no que concerne a sua territorialização, uns aliam-se a partidos considerados de esquerda, caracterizando um funcionamento frente às ações, consideradas por eles omissas, do estado para com a reforma agrária e a problemática que esta perfaz sobre a questão agrária. Espera-se com esse trabalho apresentar então como os movimentos sociais de luta pela terra se estruturam, quais as ações que os motivam a lutarem por um território, no contexto em que a agricultura comercial domina as atividades no campo, aprimorando as contradições que estes perfazem junto às territorialidades de vida, demonstrando as relações de conflitualidade que estes desenvolvem no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba.

## **Introdução**

O presente trabalho nasce da expectativa de compreensão da dinâmica de luta pela terra realizada pelos movimentos socioterritoriais principalmente no estado de Minas Gerais, no que tange a configuração da (re)criação de seus territórios de ação, com foco à formação dos assentamentos rurais.

Dessa forma, apresenta-se esse trabalho que faz parte de um estudo de territorialização da luta pela terra, no estado mineiro, desenvolvido através do projeto “Territorialização da Luta pela Terra em Minas Gerais: Projeto DATALUTA”, coordenado pelo Laboratório de Geografia Agrária – LAGEA, da Universidade Federal de Uberlândia – UFU, em parceria com o Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA, da UNESP de Presidente Prudente, que desde 2005 firmaram um convênio para troca de informações e análise de dados referentes à reforma agrária.

Ressaltamos que a metodologia para desenvolvimento desse trabalho se baseia em trabalhos bibliográficos acerca do tema da questão agrária, que abrange as ações e interações dos movimentos socioterritoriais para o desenvolvimento de assentamentos rurais, além de pesquisas desenvolvidas pela própria rede DATALUTA, como os relatórios anuais e leituras sobre os principais eixos temáticos da pesquisa.

Nesse contexto o trabalho está estruturado em três principais partes, a primeira analisa o processo de formação dos movimentos, se referenciando no processo de concentração de riqueza e a má distribuição de renda como fatores direcionadores para o surgimento dos movimentos. Uma vez que a estrutura fundiária no Estado, intensificou o processo expropriação do pequeno agricultor, que almejavam a re-inserção na terra, acarretando no surgimento de representações de interesse desses trabalhadores, como a FETAEMG e os STR's.

Analisando também, nessa primeira parte, como esses trabalhadores historicamente passaram por diversos processos de conflito, como a primeira ocupação de terra na região, ocorrido

na Fazenda Barreiro em Iturama/MG, que culminou no primeiro assentamento rural, e as novas experiências de assentamentos que são implementadas hoje, como o projeto de assentamento São Domingos em Tupaciguara/MG, que passa a apresentar uma nova dinâmica gestão do uso da terra.

A segunda parte, desse estudo, direciona aos questionamentos sob a tentativa de compreensão das principais ações dos movimentos socioterritoriais no estado mineiro, as ocupações de terra, em específico às ocorridas na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. Direcionando também um debate sobre a ação dos movimentos como fatores de territorialização de seus anseios quanto à conquista pela própria propriedade.

Finalizando os debates sobre os temas abordados, apresentamos, na terceira parte, as discussões e realidades de efetivação de um processo de criação de um assentamentos rural, o do projeto de assentamento São Domingos. Enfatizando que esse passou por um processo de conquista similar ao convencional, através da ocupação e pressão dos movimentos, mas que apresenta características de desenvolvimento, quanto assentamento, particulares. Uma vez que, nele, não são os trabalhadores que adquirem a terra e fazem o uso consumo e produção da mesma, mas sim o movimento, que coordena todas as ações quanto a produção, investimentos e direcionamentos produtivos na área.

Assim, tentamos, com essa estruturação do trabalho, elucidar e sanar, como também construir, algumas problemáticas que são presentes na questão agrárias, especificamente, no que tange as ações de luta pela terra travada pelos movimentos no estado de Minas Gerais.

## **Histórico da formação dos movimentos de luta pela terra no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba**

A concentração de riqueza e a má distribuição de renda são fatores decisivos para a existência e reprodução da condição de desigualdade social e da exclusão econômica, tanto da população urbana quanto da população rural em sua grande maioria. Assim, cada vez mais, a população está vivendo com mais precariedade, sem condições adequadas de moradia, de saúde, de educação e de alimentação. Essa lógica de acumulação e exploração da classe trabalhadora faz parte dos princípios do sistema capitalista. Em meio a esse sistema surge a discussão sobre a reforma agrária e a redução das desigualdades existentes. Nesse cenário temos então a Questão Agrária no Brasil e as desigualdades sociais, que vêm de longa data. Para entender a origem de tais disparidades no Brasil é necessário introduzir uma perspectiva mais ampla, abrangendo o passado histórico do país.

Desde a época da colonização, com a divisão das terras pelo processo de sesmarias, posteriormente com a Lei de Terras e hoje com o Capitalismo nota-se a divisão desigual das terras e a diferenciação destas, entre aquelas disponíveis para agricultura familiar e a aquelas disponíveis para produção exportadora. Sabe-se também que a maior parte dessas terras está parcial ou completamente ociosa sendo ocupada por criação extensiva de gado ou que de certa forma não possuem nenhuma atividade agrícola. Buscando saídas para a dicotomia terras e distribuição de renda (re)nasce a partir de 1984 os movimentos sociais de luta pela terra. Estes participam desde então ativamente na luta pela Reforma Agrária e por melhores condições de vida. Para conseguir tais ideais os mesmos cumprem seus papéis participando de decisões políticas e sociais, que de certa forma tendem a forçar o governo a regulamentar e acelerar o processo da reforma agrária e ao mesmo tempo encontrar um mecanismo de busca real da cidadania e de Justiça Social.

O presente trabalho busca estudar os diferentes movimentos socioterritoriais atuantes na mesorregião Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba no Estado de Minas Gerais, focando principalmente

o município de Uberlândia. Dessa forma os objetivos do mesmo são estudar e compreender quais são os movimentos socioterritoriais atuantes na região e, concomitantemente, como são desenvolvidos os processos de luta pela terra dos mesmos, suas formas de atuação, suas políticas internas e externas, e as visões dos diferentes setores da sociedade para com os movimentos socioterritoriais. A metodologia do trabalho será centrada em pesquisas bibliográficas, através de relatórios, artigos, dissertações, documentos acerca do tema. Como também com a realização de trabalhos de campo, com entrevistas e aplicação de questionários, tanto de representantes dos movimentos socioterritoriais, quanto aos dos setores da sociedade.

Uma das motivações para realização do trabalho se dá pela presença de mais de 10 movimentos socioterritoriais atuantes no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, entre estes se destacam como mais atuantes o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, Movimento Terra, Trabalho e Liberdade - MTL, Movimento de Libertação dos Sem Terra - MLST, Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais - FETAEMG, sendo que todos os citados utilizam da ocupação de imóveis rurais, como forma de acesso a terra, bem como de manifestações distintas, que vão desde cartas reivindicatórias à ocupação de prédios públicos. Constatou-se também que os movimentos de luta pela terra possuem diferentes formas de organização interna, como no que concerne a sua territorialização, uns aliam-se a partidos considerados de esquerda, caracterizando um funcionamento frente as ações, consideradas por eles omissas, do estado para com a reforma agrária e a problemática que esta perfaz sobre a questão agrária.

Espera-se com esse trabalho apresentar então como os movimentos sociais de luta pela terra se estruturam, quais as ações que os motivam a lutarem por um território, no contexto em que a agricultura comercial domina as atividades no campo, aprimorando as contradições que estes perfazem junto as territorialidades de vida, demonstrando as relações de conflitualidade que estes desenvolvem no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba.

A compreensão da estrutura fundiária no estado de Minas Gerais, especificamente no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, remete às transformações ocorridas no Cerrado brasileiro a partir da sua inserção no cenário produtivo agrícola nacional, a partir da década de 1970, bem como a expansão da fronteira agrícola e o aumento significativo de grandes propriedades rurais.

A análise da modernização da agricultura no Triângulo Mineiro se faz importante pelo grau de elevação da produção e da produtividade da região no setor agrícola, mas também porque traz as contradições sócio-econômicas, processo característico da modernização conservadora, onde a exploração e a miséria de muitos se materializa na riqueza de poucos.

As lutas por realização de reforma agrária no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba se materializam principalmente a partir das ações apoiadas pela FETAEMG (Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Minas Gerais),

Assim vinculadas às campanhas salariais apoiadas pela FETAEMG, intensificaram-se as paralisações na região do Triângulo Mineiro – como, além da dos bóias-frias da cafeicultura, as dos canavieiros de Uberaba e de Fronteira, no ano de 1984, e a dos trabalhadores rurais de Centralina (GOMES, 2004, p. 112).

O município de Centralina representa um marco a partir das ações de luta, um progresso nas lutas travadas pelo sindicato. O STR (Sindicato dos Trabalhadores Rurais) do município é um dos mais antigos da região, fundado em 1963, porém até o ano de 1987 o mesmo possui um caráter meramente assistencialista, mudando esse quadro a partir desse mesmo ano com um grupo formado por imãs franciscanas brasileiras, que coordenam uma ação de reivindicação pelo aumento do preço da arroba colhida de algodão, entre os dias 16 e 21 de março de 1987. Apesar da ação não ter um retorno imediato, foi um avanço significativo na mobilização e ação dos trabalhadores rurais da região.

As ações de campanhas salariais desenvolvidas, no Triângulo Mineiro, provocaram mudanças no interior do próprio movimento sindical, fazendo com que alguns sindicatos mudassem

sua postura assistencialista e passasse a intervir de forma mais atuante na defesa coletiva dos assalariados.

A partir da crescente mobilização e o significativo aumento de lutas pela terra, a região do Triângulo Mineiro passa a fazer parte das regiões mineiras que intensificam a luta pela implementação da Convenção Coletiva do Trabalho, com intuito de incorporar os trabalhadores vinculados à cultura de soja na região, “intensificada, em especial, a partir da instituição do POLOCENTRO e do PRODECER” (GOMES, 2004, p. 113).

Desde o ano de 1985, a FETAEMG passa a adotar uma postura mais agressiva em relação à luta pela terra, estimulada pelo surgimento de outras entidades que iniciam a luta pela terra, também no processo organizacional dos trabalhadores rurais do estado como no embate propriamente dito, como o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e a CPT (Comissão Pastoral da Terra), que articulam lutas de ocupação e enfrentamento.

A partir das lutas e enfrentamentos as entidades exigem uma nova postura da federação, ocasionando uma ascensão na luta pela reforma agrária no estado de Minas Gerais, seguindo dessa forma uma tendência nacional.

Entre os anos de 1983-84 ocorre no Triângulo Mineiro, o primeiro conflito de maior repercussão pela posse da terra, localizado no município de Iturama, na Fazenda Barreiro, “que inspirou uma das maiores mobilizações de luta e resistência dos sem terra no Triângulo Mineiro” (FONSECA, 2001, p. 109).

Com a situação de enfrentamento em Iturama, o STR (Sindicato dos Trabalhadores Rurais) de Araxá passa a buscar experiências nesse município e a partir dessa luta, objetivando o início das ocupações também no Alto Paranaíba, espalhando e socializando a luta para outros sindicatos e acrescentando a luta pela terra na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

Outro processo de luta pela terra que teve grande influência na região foi Fazenda Santo Inácio-Ranchinho, localizada no município de Campo Florido.

A organização dos trabalhadores objetivando as discussões teóricas e práticas sobre as ocupações da fazenda e de outras fazendas improdutivas da região, se deu no ano de 1989, em Limeira do Oeste, contando inclusive com o apoio de lideranças da fazenda Barreiro. Teve com um dos principais coordenadores Zé Pretinho, que começou a reunir o pessoal em sua própria casa, com a crescente participação de trabalhadores rurais do Pontal do Triângulo Mineiro.

Em janeiro de 1990, a fazenda Colorado é ocupada, de onde as famílias são, logo no dia seguinte, despejadas, sem ordem judicial, pela Polícia Militar e por membros da UDR. De acordo com Gomes (2004, p. 119) “recém-criada, a UDR já demonstrava seu poder de pressão e de articulação local e nacional, inclusive via imprensa, desqualificando e criminalizando o movimento, não permitindo sequer a realização de vistorias em fazendas da região pelo INCRA”.

Em maio de 1993, após um desgaste do movimento devido a promessas não cumpridas, frente a ambigüidades da justiça com a reintegração de posse aos antigos proprietários, os sem-terra ocuparam a fazenda Santo Inácio Ranchinho.

A organização dos acampados nesse momento era o trabalho coletivo, concretizado na produção de hortaliças, arroz e feijão para abastecerem as famílias que estavam ali nesse momento. Buscaram a concessão de professores municipais por meio de protestos e ocupação da prefeitura de Campo Florido, para lecionarem no acampamento, demonstrando dessa forma a grande mobilização e força das famílias envolvidas nesse processo de ocupação.

Finalmente em outubro de 1993, a Justiça derruba a liminar favorável aos antigos proprietários através da Lei Agrária, que estabelecia mecanismos de desapropriação.

Em maio de 1994, o Incra criou o P.A. (projeto de assentamento) Nova Santo Inácio Ranchinho, assentando 115 famílias, podendo dessa forma, iniciarem a efetiva transformação da fazenda em lugar de produção e moradia dos assentados.

A experiência de luta dos trabalhadores rurais de Campo Florido, especialmente pela criação do P.A. Nova Santo Inácio Ranchinho, fortalece e renova os ânimos por busca da reforma agrária na região, consolidando a ocupação como principal e eficaz forma de conquista por terra, exercendo pressão sobre as autoridades responsáveis pela reforma agrária.

Apesar da luta e de todas as dificuldades sofridas pelos trabalhadores rurais, e da fragmentação e divergência dos movimentos socioterritoriais, os sem-terra não esmoreceram perante as dificuldades. Atualmente as regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, se configuram como uma das regiões mais importantes e atuantes dos movimentos de luta pela terra no estado de Minas Gerais.

### **As ocupações como forma de luta pela terra**

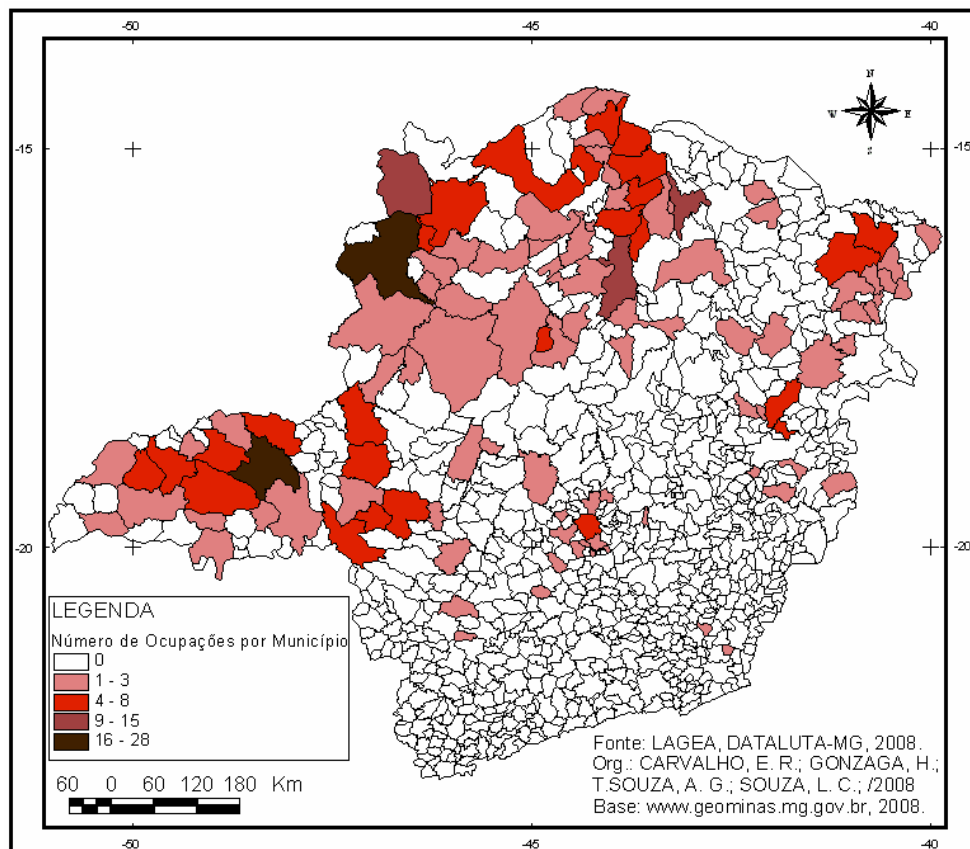
Para se compreender às principais ações dos movimentos socioterritoriais, as ocupações de terra, no estado de Minas Gerais, em específico, a mesorregião do Triângulo Mineiro / Alto Paranaíba, deve-se compreender um pouco da realidade brasileira, na qual apresenta uma grande concentração de terras, favorecida por antigas políticas de distribuição de terras.

A ocupação de terra pode ser compreendida como uma manifestação social, ou até como um meio de acesso a terra, sendo também, uma importante forma de materialização da luta de classes. De acordo com Fernandes, a ocupação de terra, pode ser dividida, em dois tipos, ocupação de uma área determinada e ocupação de uma área, conforme destaca Fernandes,

A principal diferença desses tipos está no fato que, no primeiro, o tamanho da área é critério para a mobilização e organização das famílias. Dependendo do tamanho da área pode ser uma ocupação de pequenos grupos ou até numerosos grupos, massificando a luta. No segundo, a mobilização e organização têm como critério assentar todas as famílias sem-terra, ocupando quantas áreas forem necessárias. (FERNANDES, 2001, p.10).

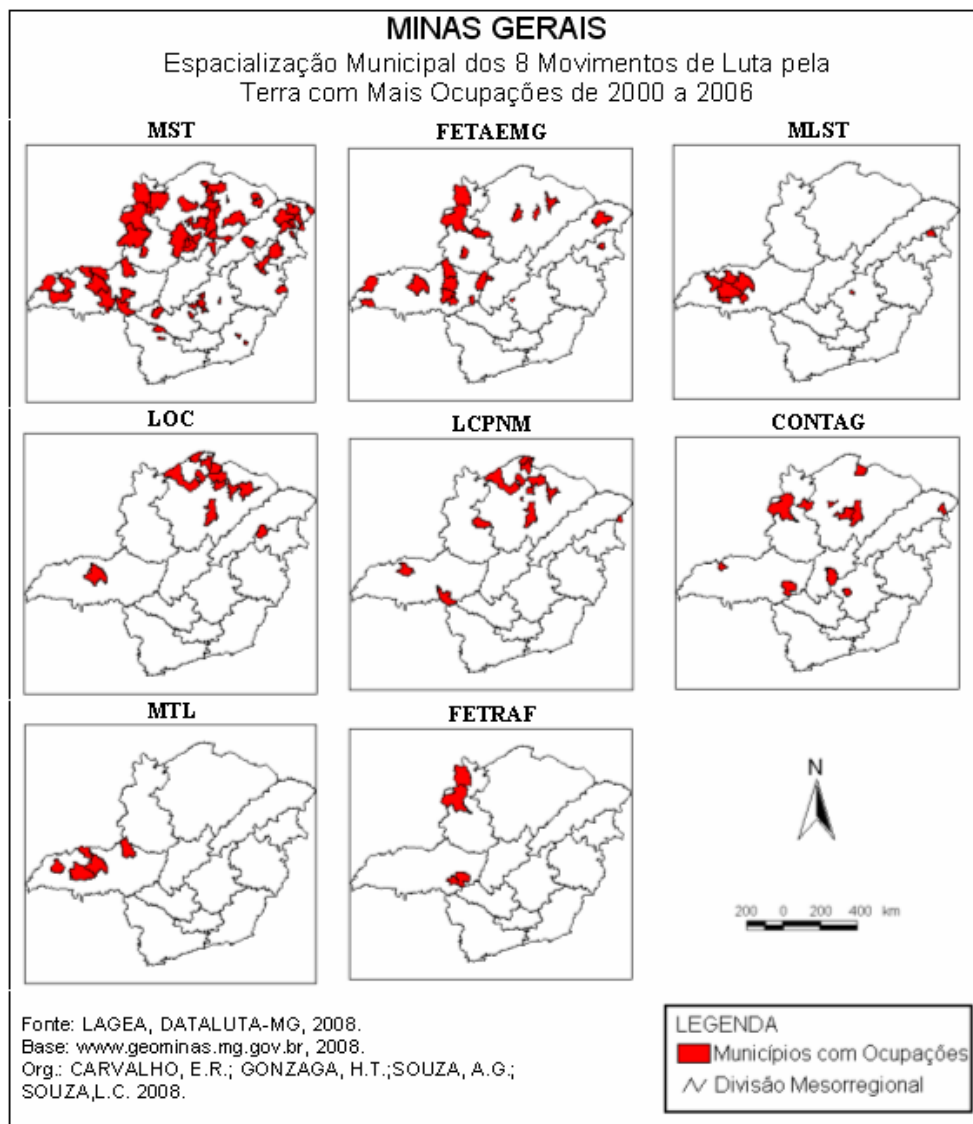
No qual, no momento da ocupação, os movimentos sociais de luta pela terra, anseiam criar um novo território, um espaço de vida para as famílias, com uma nova dinâmica de uso da terra, sendo esse o processo territorialização. Atrrelado a esse processo, tem-se o da desterritorialização da área, que normalmente é improdutiva, e pertencente a um latifundiário, para finalmente ocorrer a re-territorialização, a efetivação desse novo território em favorecimento desses indivíduos, não se tendo ai o fim da luta pela terra, mas sim, uma mudança de foco, e é claro, uma mudança da dinâmica no que diz respeito à sobrevivência à partir da terra e com relação à sua afixação, através da criação dos assentamentos rurais.

O estado de Minas Gerais, entre os anos de 2000 e 2006, apresentou um número significativo no que remete às ocupações de terra, no qual foram registradas 346 ocupações conforme o mapa 1. Além de ter sido o quinto Estado com maior número de ocupações dentre os outros estados brasileiros, e o segundo com relação aos estados da região Sudeste. A área a ser analisada, a mesorregião do Triangulo Mineiro / Alto Paranaíba, possuiu 98 ocupações, representando cerca de 28 % do total.



Mapa 1 - Distribuição Minas Gerais: Número de Ocupações de Terras por Município (2000 a 2006).

No que diz respeito aos movimentos sociais de luta pela terra, pode-se visualizar através do mapa 2, as áreas de atuação dos movimentos socioterritoriais com mais representatividade no estado Minas Gerais, entre os anos de 2000 a 2006, sendo considerados 8 movimentos dentre os 30 estimados. Cabe observar que esses oito movimentos sociais de luta pela terra atuaram na mesorregião Triângulo Mineiro / Alto Paranaíba, nos quais pode se destacar o MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, FETAEMG - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais, MLST - Movimento de Libertação dos Sem Terra e o MTL - Movimento Terra Trabalho e Liberdade.



Mapa 2 – Espacialização dos movimentos socioterritoriais mais representativos

Dentre os movimentos socioterritoriais mais atuantes, o Movimento Terra Trabalho e Liberdade (MTL) ocupa a 3ª colocação no ranking, apresentando 13 ocupações envolvendo 1475 famílias perdendo apenas para o Movimento dos Sem Terra (MST) e o Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST), demonstrado na tabela 1. As ocupações foram realizadas nos municípios de Coromandel, Guirinhata, Prata, Tupaciguara e Uberlândia.

O Movimento Terra Trabalho e Liberdade - MTL surgiu no ano de 2002 em um encontro em Goiânia - GO onde ocorreu uma unificação entre três movimentos de luta pela terra que já atuavam no Triângulo: o Movimento de Luta Socialista - MLS, o Movimento de Libertação dos Sem-Terra - MLST e o Movimento dos Trabalhadores - MT.

Todos os movimentos que juntos resultaram no MTL já possuíam uma trajetória de luta significativa no Estado de Minas Gerais e principalmente no Triângulo Mineiro onde ocorreu uma das principais lutas de resistência do país com a ocupação da fazenda Tangará localizada no município de Uberlândia - MG, com uma área de 5096 ha abrigando cerca de 250 famílias totalizando assim 900 pessoas assentadas.



Tabela 1 – Ranking dos Movimentos Socioterritoriais Atuantes no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba de 2000 a 2006.

RANKING	SIGLA	NOME DAS ORGANIZAÇÕES	NUMERO	FAMÍLIAS
1º	MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra	42	3892
2º	MLST	Movimento de Libertação dos Sem Terra	26	5343
3º	MTL	Movimento Terra Trabalho e Liberdade	13	1475
4º	FETAEMG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais	10	494
5º	FETRAF	Federação da Agricultura Familiar	8	260
6º	CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura	7	1223
7º	STR's	Sindicato de Trabalhadores Rurais (Não ligados a CONTAG)	4	260
8º	MLSTL	Movimento Libertação dos Sem Terra de Luta	3	560
9º	MPST	Movimento Populares pelos Sem Terra	3	322
10º	MPRA	Movimento pela Reforma Agrária	3	216

Fonte: DATALUTA/LAGEA, 2006.

Ao contrário de suas bases, que eram apoiadas pelo Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado - PSTU, o MTL que possui como um dos seus objetivos a construção de um socialismo cotidiano e inovador, conta com o apoio político do Partido Socialismo e Liberdade - PSOL, partido este fundado em 2004 por dissidentes do Partido dos Trabalhadores - PT.

A distribuição espacial tanto das ocupações quanto dos assentamentos ocorreu de maneira concentrada em certos municípios, estes com maior número de propriedades de terras passíveis a desapropriação para reforma agrária. Conclui-se, também, que um dos fatores que os movimentos de luta pela terra levam em consideração ao atuarem no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba é sua vasta extensão territorial.

Além das ocupações de terras, o MTL, busca outras formas, para efetivação da luta pela terra, como, por exemplo, ocupações em prédios públicos, passeatas nas principais avenidas de centros urbanos ou até em rodovias, palestras e oficinas, que são organizadas pelo próprio movimento com a finalidade de esclarecer a sociedade e até mesmo os membros do movimento, sobre os motivos, objetivos e supostas melhorias, no que diz respeito à luta pela terra. Essas manifestações são importantes, para chamarem atenção para cobrir alguma carência na política de reforma agrária, que não esteja sendo aplicada ou implementada.

### O caso do PA São Domingos em Tupaciguara – MG

A história de criação e reconhecimento do Assentamento São Domingos inicia-se não como a maioria dos assentamentos do Triângulo Mineiro, e até mesmo do Brasil, mediante a luta pela terra, conforme destaca Gomes, dizendo que a ocupação “é tida como principal forma de acesso ‘a terra’” (GOMES, 2004). Ainda nesse sentido Fernandes destaca que “para os sem-terra a ocupação

como espaço da luta e resistência representa a fronteira entre o sonho e a realidade, que é construída no enfrentamento cotidiano com os latifúndios e o Estado” (FERNANDES, 2001).

O assentamento inicia-se com um processo considerado até mesmo pacífico, no que tange a não invasão da propriedade, posto que, foi através de uma solicitação de vistoria da terra da Fazenda São Domingos, localizada no município de Tupariguara-MG, no ano de 1997, solicitada pelo Movimento de Libertação dos Sem Terras – MLST junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

Nesse pedido do movimento ao INCRA, foi apontado o caráter improdutivo da fazenda, esta não atendendo a função social da terra, como destacado pelo Estatuto da Terra, de 1964, e incorporado às constituições posteriores, que em geral destaca que quando a terra, não atingir os índices de produtividade de cultura por área, bem como não cumprir sua função social, esta pode ser desapropriada, para criação a de assentamento.

Com a vistoria da área, a fazenda foi considerada improdutiva em primeira instância, atendendo aos requisitos legais para desapropriação e criação do assentamento. Mas, em decorrência do alto valor solicitado pelo proprietário da terra, para que a mesma fosse desapropriada, o processo de criação do assentamento foi encerrado naquele momento, Mediante o INCRA não concordar em pagar mais do que os preços tabelados para a compra de terras, esse fator sugere que o valor cobrado para que a terra não fosse desapropriada foi planejado, possivelmente pelo proprietário de terra, que queria manter sua propriedade.

Durante alguns anos a área deixou de ser foco dos movimentos para a criação de um assentamento, porem em 23 de Junho de 2003, o Movimento Terra Trabalho de Liberdade – MTL, originado em decorrência de rachas internos do MLST, ocupou a Fazenda São Domingos com cerca de 400 pessoas, entre adultos e crianças. Porem pouco tempo depois foi emitido um mandato de reintegração de posse ao proprietário da fazenda. Mas mesmo assim os manifestantes voltaram a ocupar a área novamente, sendo repetidas vezes forçados a desocupar a terra mediante reintegrações de posse. Esse processo ocorreu, de acordo com o movimento, como resultado da falta de áreas para os manifestantes se instalarem.

Somente em 2004, após uma nova reintegração de posse da área, os manifestante deixaram as mediações da fazenda, uma vez que estes foram levados para alojamentos montados no aterro da cidade, resultado de acordo feito entre o INCRA e a prefeitura local. Esta ação foi aceita como alternativa para famílias se instalarem até que o INCRA encontrasse uma localidade para alojá-las. Outro fator reside que nesse momento o proprietário da área conseguiu mandatos de segurança impedindo que novas invasões ocorressem na Fazenda São Domingos.

No alojamento do aterro da cidade, os manifestantes viviam em situação precária, e decidiram abandonar a área e continuar suas manifestações em outras localidades. Assim, os militantes foram divididos em dois grupos, o primeiro foi enviado para ocupar a Fazenda Água Viva. O segundo grupo foi enviado para ocupar a Fazenda Taperão. É importante salientar que nessa última ocupação ocorreram fortes discussões ente os manifestantes e a polícia, que fazia a segurança da propriedade, porém os manifestantes conseguiram ocupar a área.

Pouco tempo depois alguns integrantes da ocupação da Fazenda Água Viva foram deslocados, juntamente com outros militantes do MTL da região, para uma nova ocupação da Fazenda São Domingos, porem como a fazenda possuía um mandato de segurança judicial, que impedia a ocupação da terra, os militantes montaram acamparam as margens das estradas próximas à fazenda, e de certa forma controlaram o fluxo de entrada e saída de pessoas das áreas próximas a propriedade.

Esse processo de conquista da terra mediante a ocupação da área foi cessado, porem os embates políticos para a transformação da área em assentamento não pararam. Tanto que o MTL apresentou junto ao Ministério Público Federal e a Justiça Federal, projetos de implantação de cooperativas de produção comunitária, coordenada pelo movimento.

Mediante essa fator, o INCRA se viu forçado, pelo Ministério Público Federal e a Justiça Federal, a agilizar o processo de compra de terras para a implantação do projeto de cooperativa. O MTL solicitou, junto as entidades, que o projeto ocorresse na Fazenda São Domingos, assim o

INCRA intensificou suas ações de negociação para a aquisição da terra, e em 25 de maio de 2006, foi cedida ao MTL a posse da Fazenda São Domingos, sendo que esta repassada a cooperativa do movimento, nomeada de Cooperativa Agropecuária Mista de Empreendimento Rural Comunitário do Assentamento São Domingos – COERCO.

A COERCO orienta as diretrizes de coletividade, no que tange principalmente o trabalho, atribuindo funções, cargos e responsabilidades aos associados. Quanto a posse da terra esta fica ao MTL, conforme destaca Souza, “Não há divisão de lotes entre as famílias e os lucros são repartidos proporcionalmente às horas de trabalho nas lavouras” (2007).

Dessa forma os assentados não possuem áreas do tamanho comum a outros assentamentos de Minas Gerais, que variam em média de 17 a 30ha. Os associados, assentados, são locados numa área de uso individual de cerca de 2ha de terras, no qual podem construir sua moradia e fazer a escolha de uso de produção nesse pequena área do assentado, sendo os lucros obtidos nessa área individual não vinculados ou repassados a COERCO. Sendo assim, o restante da área da fazenda, excluindo as áreas de uso individual, são voltadas à cooperativa e seu uso de produção é votado entre os cooperados, mediante a indicação de possibilidades de produção idealizadas pelo MTL, que é realizada através de reuniões entre os cooperados.

O PA São Domingos também conta com uma escola dentro do próprio assentamento chamada Escola Família Rural, escola esta que iniciou suas atividades no assentamento Tangará, no município de Uberlândia-MG, em 2004, com alunos que cursavam o ensino médio concomitante ao técnico, voltado a forma de ensino para as diretrizes da pedagogia da terra, com focos ao desenvolvimento educacional de técnicos agrícolas com formação em agro-ecológicas. A mudança da escola para o assentamento São Domingos se deu pelo fato de que os pré-assentados os pré-assentados conseguiram a distribuição dos lotes na Tangará e era chegada à conclusão e formatura da turma de estudantes da Escola Família Rural. Dessa maneira, apoiado pelo MTL, a escola decidiu mudar sua sede de trabalho para a fazenda São Domingos, mediante a difusão de um projeto diferenciado de assentamento rural que se instalava na São Domingos e que o apoio que a escola Família Rural poderia dar a COERCO, gerariam pontos fundamentais para a mudança de localidades e crescimento do projeto da escola.

Assim como muitos assentamento, o PA São Domingos ainda apresenta muitas dificuldades, porém uma vez solucionadas, o PA poderia tornar-se mais do que referência no desenvolvimento da agricultura em assentamentos rurais através de uma associação, passando também a ser um modelo de assentamento conceituado ao unir a educação técnica de uma escola para assentados com um modelo diferenciado de assentamento rural gerido por uma cooperativa e por um movimento de luta pela terra.

## **Considerações finais**

Através do trabalho constatamos que o processo de modernização da agricultura em Minas Gerais, especificamente no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, iniciou-se pós década de 1970 com o desenvolvimento de uma vasta linha de crédito, o Sistema de Crédito Rural – SCR, aliado aos programas POLOCENTRO e do PRODECER, possibilitaram a agricultores o aprimoramento dos aparatos técnicos produtivos na região, no caso o cerrado, resultado na concentração de riqueza e a má distribuição de terras na região. Fatores principais para a expropriação dos agricultores convencionais e tradicionais que não foram contemplados por esse pacote modernizador, sendo esses integrados atualmente no processo de conflito pela terra.

Nesse contexto, observamos, durante o trabalho, que a FETAEMG e os STR's surgem como um dos primeiros agentes em defesa dos trabalhadores que lutam pela terra, direcionando ações para que os trabalhadores adquiram a possibilidade de acesso a terra. Ações que vão desde reivindicações pacíficas com os dirigentes do INCRA à ocupação de terras, desde que essas apresentem as características de não uso da terra.

Essa postura mais agressiva por parte da FETAEMG, com a ocupação, passa a ser adotada e estimulada pelo surgimento de outras entidades que iniciam a luta pela terra no Brasil, como também no processo organizacional dos trabalhadores rurais do estado como no embate propriamente dito, como o MST e a CPT.

Entre as principais realidades constatadas observamos que a ocupação de terra pode ser compreendida como um meio de acesso a terra, frente às várias ações que foram desenvolvidas pelos movimentos, que resultaram na criação de assentamentos rurais, mesmo que esses passem por anos como pré-assentamentos, antes da oficialização.

Podemos compreender que a luta pela terra no estado de Minas Gerais ocorreu com mais de 300 ocupações de terras, entre 2000 e 2006, e a região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba foi responsável por concentrar quase 30% dessas ações. Demonstrando que a região apresenta elevado índice de problemas com a luta pela terra, posto seu processo concentrador de terras e o também elevado número de movimentos socioterritoriais.

É importante ressaltar que dentre os movimentos mais atuantes em Minas Gerais, como o MST, FETAEMG, MLST, LOC, LCPNM, CONTAG, MTL e FETRAF, todos esses apresentam singularidades nos territórios de ação, com a ocupação. Uns são mais concentrados em alguns municípios próximos, como MTL e MLST, e outros apresentam uma territorialização de ação mais abrangente, ocupando fazendas em diferentes municípios, como o MST. Isso demonstra que as territorialidades desses movimentos, apresentam características específicas, porém, todos converte na ação de ocupação como principal forma de adquirir a terra.

Observamos também nesse estudo, que a concretização da posse da terra ocorre com a criação dos assentamentos rurais, mas diferentes modalidades de assentamentos passaram a ser criados nos últimos anos, entre eles o São Domingos. Este, como visto, foi fruto de diversas ações constantes de ocupação desde 2003, que somente em 2006 se concretizou com sua criação.

Porém, em acordo com o INCRA, a posse da terra não foi passada aos integrantes do movimento, para que fossem assentados, e sim ao movimento, que criou uma cooperativa, onde o movimento, no caso o MTL, gerencia os direcionamentos de uso da terra através dessa cooperativa.

Esse processo chama a atenção para a tentativa de inserção dos trabalhadores na terra não da forma convencional, mas sim através de um gerenciamento por parte do movimento que este pertencia. Pois, a possibilidade de financiamentos produtivos e de produção, passam a ser intensificados, quando comparados aos assentamentos convencionais, no qual os assentados esbarram em dificuldades para a obtenção dos mesmos créditos.

Isso demonstra não que o modelo convencional de assentamento é errado ou falho, e nem que o modelo adotado na São Domingos é o correto, mas sim que, de qualquer forma o procedimento de criação de assentamento deveria ser revisto, objetivando formas do trabalhador se inserir no campo, com acesso a recursos e aparato técnico, para sua sobrevivência.

Esperamos então, com este trabalho, ter elucidado como se desenvolve a questão agrária no estado de Minas Gerais, frente, principalmente, ao constante processo de crescimento da luta pela terra, como também das diferentes formas para que o processo de conquista consiga realmente dar acesso e possibilidade do trabalhador viver da terra.

## **Referência**

FERNANDES, B. M. F. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo, Cortez, 2001.

FONSECA, J.B. **Reforma Agrária e sustentabilidade: luta pela terra, realidade e perspectivas dos assentamentos rurais no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba**. 215 f. Dissertação (Mestrado em Economia) Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001.

GOMES, R. M. **Ofensiva do capital e transformações no mundo rural: a resistência camponesa e a luta pela terra no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba**. 2004. 247 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2004.

6.Problemática dos espaços agrários

1.Geografia da América Latina em transformação política e social

NARCISO SHIKI, S. F. **Desenvolvimento agrícola nos Cerrados**: Trajetórias de acumulação, degradação ambiental e exclusão social no entorno de Iraí de Minas. 132 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, 1998.

SOUZA, A. G.; CARVALHO, E. R.; CLEPS JR, J. **Reforma agrária e a luta pela terra em Minas Gerais**: a dinâmica recente dos movimentos socioterritoriais no Triângulo Mineiro. 2007. Trabalho apresentado na 4ª Semana Acadêmica da Universidade Federal de Uberlândia, 2007.